

Volvo Administradora de Consórcio Ltda.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre Findo em
30 de Junho de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Cotistas da
Volvo Administradora de Consórcio Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Volvo Administradora de Consórcio Ltda. (“Consórcio”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2022 e das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Volvo Administradora de Consórcio Ltda. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 30 de junho de 2022 e as variações nas disponibilidades dos grupos de consórcio consolidadas para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Consórcio, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Ênfase

Adoção da Resolução BCB nº 120/2021

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que apresenta as mudanças nas políticas contábeis adotadas pela Consórcio em decorrência da adoção da Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021. A resolução, com adoção prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas administradoras de consórcios e recepcionou o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com o Cliente. Diante disso, as receitas de taxa de administração dos grupos de consórcios, conforme disposto no artigo 23 da referida resolução, passam de maneira prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2022, a serem reconhecidas com base nas transferências dos serviços prestados aos clientes (reconhecimento até então que se dava pelo efetivo recebimento financeiro), e as despesas de comissão, as quais são classificadas como custos incrementais de acordo com o referido pronunciamento, passam a ser amortizadas pelo prazo do contrato (reconhecimento até então se dava pela efetiva confirmação da aquisição do cota). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Consórcio é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Consórcio continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Consórcio ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Consórcio.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Consórcio. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Consórcio a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de agosto de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR


João Paulo Stellfeld Passos
Contador
CRC nº 1 PR 053072/O-7

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Disponibilidades		34	18	Provisões	8	7.777	6.472
Ativo financeiros		127.346	201.541	Fiscais, trabalhistas e cíveis		5.963	5.172
Títulos e valores mobiliários	3	127.346	177.849	Perda nos grupos		1.475	1.037
Valores pendentes de recebimento	6	-	23.692	Outras provisões		339	263
Outros valores e bens	4	23.539	-				
Outros créditos	5	15.229	1.389				
Créditos tributários	11.a	8.244	7.348	Outras obrigações		62.136	71.559
				Fiscais e previdenciárias		6.827	9.861
Imobilizado de uso		-	3	Recursos a devolver a consorciados	6	4.245	19.398
Outras imobilizações de uso		520	520	Recursos pendentes	6	-	23.692
Depreciação acumulada		(520)	(517)	Pagamentos a efetuar	7	20.503	18.608
				Taxa de Administração a apropriar	9	30.561	-
Intangível		247	186				
Ativo intangível		558	468				
Amortização acumulada		(311)	(282)				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO		104.726	132.455
				Capital social		21.956	21.956
				Reserva legal		2.603	2.603
				Lucros acumulados		80.167	107.896
TOTAL DO ATIVO		174.639	210.486	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		174.639	210.486

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	Semestre findo em 30 de junho de 2022	Semestre findo em 30 de junho de 2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		6.861	1.451
Rendas de títulos e valores mobiliários		6.861	1.451
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		6.861	1.451
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		26.833	24.820
Receitas de prestação de serviços (taxa de administração)		44.146	66.588
Despesas financeiras		(101)	(179)
Despesas administrativas	13	(7.771)	(31.066)
Despesas com amortização e depreciação		(32)	(33)
Despesas tributárias		(8.104)	(9.539)
Outras despesas operacionais	14	(1.305)	(951)
Contingências cíveis e fiscais		(791)	(442)
Outras operacionais		(76)	45
Riscos Grupo de Consórcio		(438)	(554)
RESULTADO OPERACIONAL		33.693	26.271
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		33.693	26.271
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12	(11.422)	(8.904)
Provisão para imposto de renda		(9.049)	(6.901)
Provisão para contribuição social		(3.270)	(2.496)
IR/CS diferidos		896	493
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		22.272	17.367
QUANTIDADE DE COTAS	11	21.955.074	21.955.074
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR COTA - EM REAIS		1,01	0,79

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Semestre findo em 30 de junho de 2022	Semestre findo em 30 de junho de 2021
	<hr/>	<hr/>
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	22.272	17.367
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE	<hr/> <u>22.272</u>	<hr/> <u>17.367</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva Estatutária</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	21.956	2.603	-	68.184	92.743
Lucro líquido do semestre	-	-	-	17.367	17.367
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021	<u>21.956</u>	<u>2.603</u>	<u>-</u>	<u>85.551</u>	<u>110.110</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	<u>21.956</u>	<u>2.603</u>	<u>-</u>	<u>107.895</u>	<u>132.454</u>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	22.272	22.272
Distribuição de lucros	-	-	-	(50.000)	(50.000)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022	<u><u>21.956</u></u>	<u><u>2.603</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>80.167</u></u>	<u><u>104.726</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Semestre findo em 30 de junho de 2022	Semestre findo em 30 de junho de 2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	33.693	26.271
Ajustes ao lucro antes dos impostos	1.337	1.029
Depreciações e amortizações	32	33
Provisões para contingências e para perdas nos grupos de consórcio	1.305	996
LUCRO AJUSTADO	35.030	27.300
Variação nos ativos e passivos		
Aumento em títulos disponíveis para venda	50.503	(16.448)
Aumento em outros créditos	(14.583)	(1.380)
Redução em outras obrigações	(6.866)	(2.597)
Imposto de renda e contribuição pagos	(13.978)	(6.774)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	50.106	101
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de intangível	(90)	(103)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(90)	(103)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros sobre capital próprio (pagos)	(50.000)	-
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(50.000)	-
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16	(2)
Início do período	18	20
Fim do período	34	18
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16	(2)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	30 de junho de 2022	30 de junho de 2021	PASSIVO	30 de junho de 2021	30 de junho de 2021
	<u>1.005.198</u>	<u>896.397</u>		<u>1.005.198</u>	<u>896.397</u>
Disponibilidades	306	1.531	Outras obrigações	<u>1.005.198</u>	<u>896.397</u>
Aplicações financeiras	277.204	293.648	Obrigações diversas	<u>1.005.198</u>	<u>896.397</u>
Outros créditos	727.688	601.218	Obrigações com consorciados	657.612	545.832
			Valores a repassar	25.697	20.715
DIREITOS JUNTO A CONSORCIADOS CONTEMPLADOS	<u>727.688</u>	<u>601.218</u>	Obrigações por contemplações a entregar	229.118	252.957
Bens retomados ou devolvidos	750	510	Recursos a devolver a consorciados	67.995	53.087
Normais	706.518	582.923	Recursos do grupo	24.775	23.806
Em atraso	1.928	1.329			
Em cobrança judicial - grupos em andamento	18.492	16.457			
TOTAL DO ATIVO	<u><u>1.005.198</u></u>	<u><u>896.397</u></u>	TOTAL DO PASSIVO	<u><u>1.005.198</u></u>	<u><u>896.397</u></u>
COMPENSAÇÃO	<u>7.896.548</u>	<u>6.683.713</u>	COMPENSAÇÃO	<u>7.896.548</u>	<u>6.683.713</u>
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	57.843	50.034	Recursos mensais a receber de consorciados	57.843	50.034
Contribuições devidas ao grupo	3.962.535	3.352.018	Obrigações do grupo por contribuições	3.962.535	3.352.018
Consortados - bens a contemplar	3.876.169	3.281.661	Bens ou serviços a contemplar - valor	3.876.169	3.281.661
	<u><u>8.901.746</u></u>	<u><u>7.580.110</u></u>		<u><u>8.901.746</u></u>	<u><u>7.580.110</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

Em milhares de reais

	Semestre findo em 30 de junho de 2022	Semestre findo em 30 de junho de 2021
DISPONIBILIDADES INICIAIS	<u>280.519</u>	<u>246.178</u>
Depósitos bancários	230	638
Aplicações financeiras do grupo	49.694	37.265
Aplicações financeiras vinculadas a contemplação	230.595	208.275
RECURSOS COLETADOS	<u>570.353</u>	<u>526.381</u>
Contribuições para aquisição de bens	479.372	451.943
Taxa de administração	72.801	65.131
Contribuições ao fundo de reserva	2.466	2.318
Rendimentos de aplicações financeiras	11.149	2.426
Multas e juros moratórios	563	407
Prêmios de seguro	2.202	1.735
Custas judiciais	465	486
Outros	1.335	1.935
RECURSOS UTILIZADOS	<u>(573.362)</u>	<u>(477.380)</u>
Aquisição de bens	(473.711)	(395.351)
Taxa de administração	(72.931)	(65.349)
Multas e juros moratórios	(282)	(204)
Prêmios de seguro	(2.205)	(1.741)
Custas judiciais	(475)	(309)
Devolução a consorciados desligados	(1.990)	(1.179)
Outros	(21.768)	(13.247)
DISPONIBILIDADES FINAIS	<u>277.510</u>	<u>295.179</u>
Depósitos bancários	306	1.531
Aplicações financeiras do grupo	48.086	40.691
Aplicações financeiras vinculadas a contemplação	229.118	252.957

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Volvo Administradora de Consórcio Ltda. (“Consórcio”), controlada pelo Banco Volvo (Brasil) S.A., com sede em Curitiba - PR, iniciou suas atividades em 1994 e tem como objetivo a administração de grupos de consórcio para aquisição de caminhões, ônibus e equipamentos de construção da marca Volvo e está autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN a operar sob a forma de Administradora de Consórcio. As suas atividades operacionais inserem-se no contexto dos negócios da Volvo do Brasil Veículos Ltda..

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria do Consórcio em 29 de agosto de 2022.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do Consórcio no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota nº 2.3.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, o Consórcio na elaboração das demonstrações financeiras, adotou somente os pronunciamentos aprovados pelo BACEN e vigentes no exercício de 2022.

2.2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, quando aplicável, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

Em 30 de Junho de 2022, o caixa e equivalentes de caixa da Administradora era composto exclusivamente por suas disponibilidades (caixa).

b) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período.

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido.

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que o Consórcio tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (nota nº 10).

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

d) Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição e a sua depreciação é calculada linearmente às taxas anuais de vida útil de 10% a 20%.

e) Intangível

Composto substancialmente de gastos logísticos demonstrados pelo custo e amortizados pelo método linear à taxa anual de vida útil de 20%.

f) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

g) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

h) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

Até 31 de dezembro de 2021 sob a égide da Circular n. 2381, de 18.11.1993 (Circular n. 2381/1993), as receitas eram registradas quando os valores eram efetivamente recebidos, o que se convencionou chamar de regime de caixa. As despesas de comissão e campanha de marketing, eram registradas por competência, quando da realização da venda da cota de consórcio.

A partir de 1º de janeiro de 2022 entrou em vigor da Resolução do Banco Central do Brasil nº 120, de 27 de julho de 2021 vinculada ao Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (CPC 47) e as receitas decorrentes da prestação dos serviços passaram a adotar o regime de competência, nos termos do item 9 e do referido Pronunciamento e as despesas de comissão e campanha de marketing registradas como custos incrementais, nos termos do CPC 47, amortizáveis no decorrer do prazo do contrato.

i) Benefícios a empregados

O Consórcio opera com plano de pensão exclusivo, a cargo da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada. O plano é financiado por pagamentos proporcionais de acordo com os cálculos atualizados anualmente. O Consórcio tem apenas plano de contribuição definida.

O Consórcio faz contribuições para o plano privado, de forma contratual. O Consórcio não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

j) Resultados recorrentes e não recorrentes (Administradora)

Conforme definido pelo artigo 34 da Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 define resultado não recorrente são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. O Consórcio não possui no semestre findo em 30 de junho de 2022 resultados não recorrentes.

2.3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes e perdas nos grupos de consórcio; (iii) créditos tributários; (iv) créditos de liquidação duvidosa. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

2.4. Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Normas aplicáveis a partir de 01.01.2022

Resolução BCB n.º 66, de 26 de janeiro de 2021. A norma consolida os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das administradoras de consórcio e das instituições de pagamento e sobre os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil no registro contábil de aumento e de redução do capital social.

A Consórcio avaliou os impactos da adoção da norma e não identificou efeitos significativos.

Resolução BCB n.º 120, de 27 de julho de 2021. A norma dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos específicos para a aplicação desses princípios pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A referida resolução revogou o § 2º do art. 8º da Circular BCB nº 2.381/1993 que estabelecia que as receitas de taxa de administração dos grupos de consórcios deveriam ser escrituradas na administradora por ocasião de seu efetivo recebimento, tornando obrigatória, a partir de janeiro de 2022, a adoção do CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes. Assim, no 1º semestre/2021, as receitas de taxa de administração foram apuradas pelo regime de caixa e, no 1º semestre/2022, pelo regime de competência.

O CPC 47 estabelece que a entidade deve reconhecer suas receitas quando as obrigações de desempenho forem cumpridas perante os clientes, ou seja, quando houver a transferência de bens ou serviços prometidos mediante contrato entre as partes. Assim, o valor registrado deve ser reconhecido pelo regime de competência e refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca do serviço prestado.

Conforme o artigo 23 da Resolução BCB 120/2021, o CPC 47 deve ser aplicado prospectivamente a partir da data de entrada em vigor da Resolução.

Resolução BCB n.º 156, de 19 de outubro de 2021. A norma dispõe sobre os critérios e os procedimentos contábeis a serem observados pelas administradoras de consórcio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na escrituração dos grupos de consórcio.

A escrituração dos grupos de consórcio deve ser individualizada por grupo e apartada da escrituração da administradora de consórcio. Desta forma, a Consórcio registrou os valores relativos aos grupos encerrados (Nota 15) nas adequadas contas de compensação.

Resolução BCB n.º 219, de 30 de março 2022 (artigos 24, 67 e 68). A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. A Resolução BCB n.º 219/2022 entra em vigor em 01.01.2025, exceto para os artigos 24, 67 e 68, cuja vigência é a partir de 01.05.2022. Os referidos itens normativos dessa Resolução, vigentes a partir de 01.05.2022, contemplam os seguintes aspectos, aplicáveis às instituições sujeitas à norma:

- Determinou que a mensuração de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial que a administradora de consórcio ou a instituição de pagamento decide realizar pela sua venda, que estejam disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável, devem ser mensurados, a partir da data em que a administradora de consórcio ou a instituição de pagamento decidir vendê-los, pelo menor valor entre: o valor contábil líquido do ativo, deduzidas as provisões para perdas por redução ao valor recuperável; e o valor justo do ativo, avaliado conforme o disposto na regulamentação específica, líquido de despesas de vendas (art. 24);
- Determinou a elaboração de plano para a implementação da regulamentação contábil, até 31.12.2022, devendo esse plano ser divulgado, de forma resumida, nas notas explicativas às demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2022 (art. 67); e
- facultou a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil cosif, adicionalmente às demonstrações no padrão contábil internacional, conforme o disposto na resolução bcb n.º 2/2020 (art. 68).

A Consórcio não identificou impactos significativos nas demonstrações contábeis decorrentes desses dispositivos normativos.

Normas a serem aplicadas em períodos futuros

Resolução BCB n.º 178, de 19 de janeiro de 2022. A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Este pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica.

O CPC 06 (R2) abandona a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários, passando a ter um único modelo de contabilização, que consiste no reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento. A norma não obriga um arrendatário a reconhecer ativos e passivos de arrendamentos de baixos valores e de curto prazo.

A Resolução BCB n.º 178/2022 entra em vigor em 01.01.2025.

A Consórcio iniciou a avaliação dos impactos da adoção do novo normativo, os quais serão concluídos até a data de sua vigência.

Resolução BCB n.º 219, de 30 de março 2022. A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. A Resolução BCB n.º 219/2022 entra em vigor em 01.01.2025, exceto para os artigos 24, 67 e 68, cuja vigência é a partir de 01.05.2022.

A Consórcio iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 01.01.2025, os quais serão objeto de divulgação específica nas notas explicativas às demonstrações contábeis do Exercício/2024, conforme requerido pelo art. 69 dessa Resolução.

3. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira

Tipo de aplicação	Remuneração anual média - %	Valor	Valor de mercado	
		Custo 30 de junho de 2022	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Certificado de Depósito Bancário (CDB pós-ligadas)	6,80	72.738	72.738	34.415
Letras do Tesouro Nacional (LTN pós) (i)	4,83	4.245	4.245	22.475
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	4,64	48.135	48.134	69.340
Certificado de Depósito Bancário (CDB pré-ligada)	7,05	2.228	2.228	51.619
Total		127.346	127.346	177.849
Ativo circulante		32.517	32.517	80.809
Ativo não circulante		94.829	94.828	97.040

- (i) Reclassificação de saldo de Recursos não Procurados em atendimento Instrução Normativa do Banco Central do Brasil nº 208 de 15 de dezembro de 2021 no valor de R\$18.348 (dezoito mil, trezentos e quarenta e oito reais) em 30 de junho de 2022.

b) Classificação da carteira de títulos e valores mobiliários

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Títulos disponíveis para venda	<u>127.346</u>	<u>177.849</u>

Os títulos disponíveis para venda são representados por aplicações financeiras em títulos públicos federais e CDB com remuneração vinculada à variação do Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com os seguintes vencimentos:

	<u>Valor de mercado</u>
A vencer em até 12 meses	32.517
A vencer acima de 12 meses	<u>94.829</u>
Total	<u><u>127.346</u></u>

4. OUTROS VALORES E BENS

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Despesa antecipada - Comissão (i)	17.245	-
Campanha de vendas (i)	<u>6.294</u>	-
Total	<u><u>23.539</u></u>	-

(i) Valores pagos e ainda não levados à resultado em função da adoção em 1º de janeiro de 2022 da Resolução do Banco Central do Brasil nº 120, de 27 de julho de 2021 vinculada ao Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (CPC 47), as despesas de comissão e campanha de venda, as quais referem-se a comissões pagas vinculadas a cotas de consórcio, passaram a ser registradas como custos incrementais, nos termos do CPC 47, amortizáveis no decorrer do prazo do contratos.

5. OUTROS CRÉDITOS

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Adiantamentos e antecipações salariais	52	16
PIS e COFINS a Recuperar	2.793	-
Imposto de renda a Recuperar	1.162	1.342
Taxa de Administração a receber (i)	<u>11.222</u>	<u>31</u>
Total - Circulante	<u><u>15.229</u></u>	<u><u>1.389</u></u>

(i) Taxa de administração recebida pelos Grupos de Consórcio no mês de junho de 2022, o qual o valor foi excepcionalmente transferido para a administradora no mês seguinte.

6. RECURSOS DE GRUPOS ENCERRADOS E RECURSOS PENDENTES DE RECEBIMENTO

Movimentação:

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Valores pendentes de recebimento conta Ativa	-	23.692
Valores pendentes de recebimento conta Passiva	-	23.692
Recursos de Grupos encerrados conta passiva	4.245	19.398

Representam os recursos a devolver a consorciados desistentes, excluídos e provenientes de rateios de saldos, transferidos para a Administradora e mantidos à disposição dos participantes desses grupos encerrados, os quais são atualizados monetariamente e acrescidos dos recursos pendentes de recebimento em cobrança judicial, nos grupos encerrados. Sendo assim, seguindo as determinações da Carta-Circular BACEN nº 3.047/02 e Instrução normativo do Banco Central do Brasil nº 208 de 15 de dezembro de 2021, a Administradora possui em 30 de junho de 2022, os saldos de R\$4.245 em conta de passivo circulante e R\$21.649 em conta de compensação, (2021 - R\$19.398 de recursos não procurados, registrados como obrigações no passivo circulante) e R\$23.917 em conta de compensação (2021 - R\$23.692 conta ativa e passiva) referentes a recursos ainda pendentes de recebimento em cobrança judicial, os quais serão rateados aos grupos quando de seu recebimento efetivo, registrados no ativo e passivo não circulante.

7. PROVISÃO PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Comissões a pagar	7.105	9.382
Gratificações a funcionários	754	580
Campanha de Vendas	7.945	6.658
Serviço técnico especializado	588	724
Valores a pagar - partes relacionadas	274	271
Outros	3.838	993
Total - Circulante	<u>20.503</u>	<u>18.608</u>

8. PROVISÕES

a) Composição

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
<u>Passivo circulante</u>		
Provisão para perdas nos grupos de consórcio (i)	626	-
Outras provisões	339	263
Subtotal	<u>965</u>	<u>263</u>

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Passivo não circulante		
Provisão para contingências (ii)	5.963	5.172
Provisão para perdas nos grupos de consórcio (i)	849	1.037
Subtotal	<u>6.812</u>	<u>6.209</u>
Total	<u>7.777</u>	<u>6.472</u>

- (i) Provisão para cobrir as responsabilidades da Administradora no encerramento de grupos em andamento. A provisão alocada no passivo circulante refere-se aos grupos com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses.
- (ii) A natureza das obrigações refere-se, principalmente, a processos cíveis com discussões de itens contratuais, classificadas pela Administração como de risco de perda provável.

b) Movimentação no período

	Provisão para perdas nos grupos de consórcio	Provisão para contingências	Outras provisões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.037	5.172	263	6.472
Constituição (reversão) de provisão	438	791	76	1.305
Utilização de provisão	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 30 de junho de 2022	<u>1.475</u>	<u>5.963</u>	<u>339</u>	<u>7.777</u>

	Provisão para perdas nos grupos de consórcio	Provisão para contingências	Outras Provisões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	394	6.694	206	7.294
Constituição (reversão) de provisão	1.234	(84)	57	1.207
Utilização de provisão	<u>(591)</u>	<u>(1.438)</u>	<u>-</u>	<u>(2.029)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>1.037</u>	<u>5.172</u>	<u>263</u>	<u>6.472</u>

Perdas possíveis

O Consórcio mantém um sistema de acompanhamento para os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso para os casos em que consta como ré e a probabilidade de êxito dos casos em que consta como parte autora. Os processos administrativos e judiciais são acompanhados continuamente por escritórios especializados e, se necessário, é realizada a reclassificação de risco. Os processos contingentes de natureza fiscal avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, em observância a Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de montante relevante.

O Consórcio possui um pedido de compensação (Per/Dcomp) referente ao saldo negativo de IRPJ do ano de 2015, homologado parcialmente e em fase de manifestação de inconformidade envolvendo risco de perda classificado pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no valor de R\$582 mil.

9. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO A APROPRIAR

Representam valores correspondente a taxa de administração recebidos de consorciados e ainda não levados à resultado em decorrência da adoção, a partir de 1º de janeiro de 2022, da Resolução do Banco Central do Brasil nº 120, de 27 de julho de 2021, a qual determina a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (CPC 47). Em decorrência desse pronunciamento, as receitas de prestação dos serviços passaram a ser contabilizados pelo regime de competência, nos termos do item 9.e do referido pronunciamento. O prazo médio de diferimento da receita, a qual leva em consideração o prazo das cotas, é de 63 meses e, do montante registrado em 30 de junho de 2022, R\$5.821 (Cinco milhões, oitocentos e vinte e um mil reais) será apropriado no curto prazo e 24.740 (Vinte e quatro milhões, setecentos e quarenta mil reais) no longo prazo.

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, as transações realizadas pela Administradora com partes relacionadas compreendem aplicações de depósito a prazo, contratadas com taxas de mercado, e despesas administrativas referentes a contratos específicos de prestação de serviços.

	Títulos e valores mobiliários		Receitas financeiras		Despesas de prestação de serviços		Outros ativos (passivos)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Banco Volvo (Brasil) S.A.	74.966	68.517	4.841	841	(1.560)	(1.560)	(260)	(260)
Volvo do Brasil Veículos Ltda.	-	-	-	-	(114)	(103)	(14)	(11)
Dipesul Veiculos Ltda.	-	-	-	-	-	-	(165)	(285)
Lapônia Sudeste Ltda.	-	-	-	-	-	-	(854)	(211)

O Consórcio não concedeu empréstimos ao Pessoal Chave da Administração no período.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o capital social está dividido em 21.955.074 cotas com valor nominal unitário de R\$1,00 totalmente integralizado, sendo 21.955.073 cotas pertencentes ao Banco Volvo (Brasil) S.A..

O lucro líquido apurado em cada exercício é destinado de acordo com a deliberação dos cotistas representando a maioria do capital social, observadas as determinações legais pertinentes. Em 22 de fevereiro de 2022 os quotistas deliberaram, pela aprovação da distribuição de dividendos, à conta de Lucros Acumulados, no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

12. IMPOSTO DE RENDA (IR) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

Descrição	30 de junho de 2022		30 de junho de 2021	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da tributação	33.694	33.694	26.271	26.271
Constituição (utilização) de provisões para contingências/ provisão para perdas nos grupos de consórcio	1.305	1.305	1.347	1.347
Provisão Contas a Pagar (Comissões, Marketing e Outros)	(2.519)	(2.519)	125	125
Diferimento Resultado Res.BCB 120/21	3.865	3.865	-	-
Outras adições (exclusões) temporárias	(17)	(17)	(24)	(24)
Lucro tributável	36.328	36.328	27.719	27.719
IR e CSLL antes dos incentivos	(9.070)	(3.270)	(6.918)	(2.495)
(-) Incentivos fiscais	21	-	17	-
IR e CSLL às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(9.049)	(3.270)	(6.901)	(2.495)

a) Tributos diferidos

Em 30 de junho a Administradora possuía as seguintes diferenças temporárias:

	2022	Adição/ exclusão	2021
Passivos contingentes e perdas nos grupos de consorcio	7.438	1.229	6.209
Provisão de comissão	4.681	(3.763)	8.444
Provisão de campanha	7.945	1.287	6.658
Participação nos lucros	319	17	302
Adequação Res. 120 BCB	3.864	3.864	-
Total	24.247	2.634	21.613
Alíquota	34%	34%	34%
Tributos diferidos ativos	8.244	896	7.348

Provenientes principalmente de provisões contábeis temporariamente indedutíveis sobre os quais foram contabilizados créditos tributários ativos, no montante de R\$8.244 (2021 - R\$7.348).

A Administradora não possuía base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal para fins de imposto de renda em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

O reconhecimento contábil levou em consideração a realização provável desses tributos a partir de resultados futuros elaborados com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	Diferenças temporárias
2022	2.492
2023	3.424
2024	507
2025	1.821
Total	<u>8.244</u>

b) Movimentação no período

	Diferenças temporárias
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.348
Créditos tributários constituídos	2.282
Créditos tributários utilizados	(1.386)
Saldo em 30 de junho de 2022	<u>8.244</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.382
Créditos tributários constituídos	2.780
Créditos tributários utilizados	(1.814)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>7.348</u>

O valor presente dos créditos tributários de diferenças temporárias, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$7.865 (2021 - R\$7.234).

13. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestre findo em 30 de junho de 2022	Semestre findo em 30 de junho de 2021
Despesas de comissões e campanhas (*)	1.231	25.628
Despesas de pessoal	1.682	1.202
Despesas de prestação de serviços	2.567	2.342
Previdência social e complementar	377	279
Viagens	79	4
Processamento de dados	309	259
Propaganda e publicidade	883	839
Outros	643	513
Total	<u>7.771</u>	<u>31.066</u>

- (*) Conforme mencionado na nota nº 2.2 h, as despesas de comissão e campanha de marketing, registradas como custos incrementais, nos termos do CPC 47, passaram a ser amortizáveis no decorrer do prazo do contrato.

14. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Referem-se, principalmente, à constituição de provisões para contingências e perdas nos grupos de consórcio no valor de R\$1.305 (2021 - R\$951).

15. RECURSOS DE CONSÓRCIOS

As demonstrações dos recursos de consórcios representam a consolidação das posições individualizadas de cada grupo e é mantida nos balancetes mensais da Administradora em contas de compensação. As principais rubricas são representadas por:

a) Aplicações financeiras

São os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, aplicados em títulos públicos atualizados até a data de encerramento das demonstrações financeiras. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao saldo de caixa de cada grupo, por ocasião das assembleias mensais, não incidindo taxa de administração sobre os eles.

b) Recursos a devolver a consorciados

Correspondem aos valores atualizados a serem pagos aos consorciados desistentes, líquidos da taxa de administração retida pelo consórcio.

c) Recursos coletados

Representam os pagamentos das prestações feitos pelos grupos. O valor das prestações mensais é determinado com base no valor do bem, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração e do fundo de reserva.

O fundo de reserva destina-se, principalmente, à cobertura de eventuais insuficiências de caixa de cada grupo e é constituído com 0,30% a 1% sobre as prestações recebidas e pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras das disponibilidades de cada grupo.

d) Recursos utilizados

Representam os desembolsos efetuados por conta dos grupos de consórcio com a aquisição de bens para os consorciados contemplados e para sua manutenção, inclusive a taxa de administração, à qual é cobrada dos participantes sobre as prestações mensais recebidas com taxas variáveis de 10,50% a 14,00%.

e) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundos comuns e de reserva) de consorciados. O montante foi calculado com base nos preços dos bens vigentes em 30 de junho de 2022. Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se às contribuições (fundos e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final de cada grupo. O saldo, em 30 de junho de 2022, está representado por contribuições devidas por 30 grupos (2021 - 33), correspondendo a 12.966 consorciados (2021 - 13.714).

f) Consorciados - bens a contemplar e obrigações por futuras contemplações

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço dos bens vigente no fim do período.

g) Demonstração das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos

Apresenta os recursos coletados e utilizados a valores históricos.

h) Sumário das operações de consórcio de caminhões e ônibus

	Quantidade de grupos	Quantidade de cotas		Quantidade de cotas ativas		Cotas quitadas
		Contempladas	Não contempladas	Em dia	Inadimplentes	
2022	30	6.936	6.060	12.041	955	2.269
2021	33	7.310	6.404	12.810	904	2.712

Em 30 de junho de 2022, as prestações em atraso montam a R\$20.420 (2021 - R\$18.472) incluindo as ajuizadas.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Durante o semestre e o exercício findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Consórcio não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

17. GESTÃO DE RISCOS

O Consórcio, instituição integrante da divisão Volvo Financial Services do Grupo Volvo, gerencia os riscos e incertezas dos seus negócios com base em diretrizes globais e regulamentações locais.

O principal objetivo da gestão de riscos é a identificação e monitoração de ameaças à que nossos negócios estão sujeitos, principalmente em períodos ou situações desfavoráveis. Para o Grupo Volvo, gerir riscos é a forma mais eficiente para a manutenção de uma rentabilidade sustentada e positiva.

O Consórcio é parte do Conglomerado Prudencial do Banco Volvo (Brasil) S.A. o qual realiza periodicamente avaliação dos riscos de mercado, de crédito, liquidez e operacional, assim como possui estrutura de gerenciamento de riscos.

18. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

a) Fundo de pensão

A suplementação da aposentadoria dos funcionários está a cargo da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada, uma entidade fechada de previdência complementar, estabelecida sob a forma de sociedade civil de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. O Consórcio, por ser um dos patrocinadores, é responsável pelas contribuições proporcionais definidas de acordo com os cálculos atualizados anualmente.

b) Planos de benefícios

O Consórcio possui um plano de aposentaria na modalidade de contribuição variável, ou seja, durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício no momento da aposentadoria. O valor do benefício depende do valor das contribuições realizadas e também da rentabilidade auferida durante o período de formação das reservas matemáticas. Porém a partir do momento da concessão da aposentadoria por renda mensal vitalícia, o valor do benefício é fixo e passa a ser garantido pelo plano. Durante o período compreendido de 01/01/2022 a 30/06/2022, a Administradora efetuou contribuições no montante de R\$28 (2021 - R\$55), referentes à contribuição normal e custeio administrativo.

c) Passivo atuarial

A conciliação dos ativos e passivos reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Valor presente das obrigações atuariais	(98.998)	(115.221)
Valor justo dos ativos	<u>131.719</u>	<u>148.177</u>
Situação financeira do plano	<u>32.721</u>	<u>32.956</u>

Os ganhos identificados estão relacionados à rentabilidade dos ativos do plano - diferenças entre as premissas atuariais e o que ocorreu efetivamente, sendo assim considerados ganhos atuariais. Estes ganhos não são reconhecidos pelo Consórcio, de acordo com o Pronunciamento CPC 33 - Benefícios a empregados.

d) Premissas atuariais

As principais premissas atuariais da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada, no exercício findo em 31 de dezembro são as seguintes:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Hipóteses econômicas</u>		
Taxa de desconto	8,65% a.a. (inflação + 5,08%)	6,71 % a.a. (inflação + 3,40%)
Taxa de retorno esperado dos ativos	8,65% a.a. (inflação + 5,08%)	6,71 % a.a. (inflação + 3,40%)
Crescimento dos benefícios da Previdência Social e dos limites	3,40% a.a. (inflação + 0%)	3,20% a.a. (nominal)
Inflação	3,40% a.a. (inflação + 0%)	3,20% a.a. (inflação + 0%)
<u>Hipóteses demográficas</u>		
Tábua de mortalidade	AT-2000 Média suavizada em 40%	AT-2000 Média suavizada em 30%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 Média suavizada em 20%	AT-2000 Média suavizada em 20%

19. CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Administração avaliou a capacidade de o Consórcio continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Embora o desaquecimento econômico decorrente da adoção de medidas de isolamento social para conter a pandemia da COVID-19 tenha atingido diversas empresas no Brasil e no mundo, o Consórcio possui capital e liquidez suficientes para suportar eventuais perdas projetadas para os negócios nesse período e nos que se seguem.

Apesar da gravidade e ineditismo da atual conjuntura na história recente, considerando a experiência do Consórcio no gerenciamento e monitoramento de riscos, do capital e da liquidez, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

CONTADOR

Anderson Lodovico
CRC PR 045454/O
